

*JANE BURBANK e
FREDERICK COOPER*

IMPÉRIOS

CRÍTICA

UMA NOVA VISÃO DA
HISTÓRIA UNIVERSAL

Tradução
Bruno Cobalchini Mattos

CRÍTICA

Trecho antecipado para divulgação. Venda proibida.

Sumário

Lista de ilustrações.....	7
Prefácio	II
CAPÍTULO I <i>Trajelórias imperiais</i>	17
CAPÍTULO 2 <i>Governo imperial em Roma e na China</i>	45
CAPÍTULO 3 <i>Depois de Roma</i>	91
CAPÍTULO 4 <i>Conexões eurasiáticas</i>	131
CAPÍTULO 5 <i>Para além do Mediterrâneo</i>	159
CAPÍTULO 6 <i>Economias oceânicas e sociedades coloniais</i>	199
CAPÍTULO 7 <i>Além da estepe</i>	245
CAPÍTULO 8 <i>Império, nação e cidadania em uma era revolucionária</i>	287
CAPÍTULO 9 <i>Impérios pelos continentes</i>	327
CAPÍTULO 10 <i>Repertórios imperiais e mitos do colonialismo moderno</i>	371
CAPÍTULO 11 <i>Soberania e império</i>	425
CAPÍTULO 12 <i>Guerra e revolução em um mundo de impérios</i>	473
CAPÍTULO 13 <i>O fim dos impérios?</i>	529
CAPÍTULO 14 <i>Impérios, Estados e imaginário político</i>	567
Citações e leitura recomendada.....	589
Índice remissivo.....	602

Prefácio

Este livro surgiu a partir de uma série de conversas que nós dois – um é especialista nos impérios coloniais britânico e francês na África, a outra é historiadora dos impérios russo e soviético – tivemos com nossos alunos de pós-graduação ao oferecermos o curso “Impérios e imaginação política”, que ministramos juntos na Universidade de Michigan e, tempos depois, na Universidade de Nova York (NYU), com colegas cujas especialidades abrangem regiões do mundo que nós mesmos não conhecíamos bem, com participantes de diversas conferências e seminários ao longo dos últimos dez anos na América do Norte, Eurásia, África e Oceania, além de alunos de graduação da NYU durante a disciplina sobre impérios que oferecemos aos estudantes do primeiro ano. Este livro reflete essa gênese.

Nosso objetivo ao lecionar e escrever foi expor de forma clara a estudantes de todos os níveis e aos leitores interessados em história uma narrativa complexa, desafiando ao mesmo tempo as representações acadêmicas do passado. Queremos expandir as perspectivas sobre a história política internacional sem nos basearmos nos indicadores e simplificações de costume (que consideramos enganosos): uma transição do império para o Estado-nação, uma distinção entre os Estados modernos e pré-modernos, um foco na Europa e no Ocidente como únicos agentes poderosos e capazes de gerar mudanças, seja para o bem ou para o mal. O formato deste livro, ao mesmo tempo uma narrativa e um ensaio interpretativo, deriva de seus objetivos múltiplos. Há muitos debates entre historiadores e teóricos políticos que servem de pano de fundo (a maioria deles ainda está se desdobrando), e nós nos aprofundamos nessas polêmicas em outros contextos. Aqui, pintamos um panorama geral sem debatermos cada uma das pinceladas. Não citamos os muitos trabalhos que foram cruciais para o nosso estudo; em vez disso, oferecemos guias para aprofundar as leituras em cada capítulo.

Tratamos de alguns impérios, mas não de todos. O foco está principalmente na Eurásia, do Pacífico ao Atlântico, dando atenção aos seus domínios em além-mar nas Américas e na África e em suas incursões a outras partes do mundo. Poderíamos ter abordado ainda outros, o que seria uma escolha totalmente justificável, mas nosso foco na Eurásia oferece uma grande amostra dos tipos imperiais e uma história de interações densas e de longo prazo. Esperamos que as questões levantadas também possam ser úteis para a análise de outros impérios e outras arenas. Este é um livro sobre política que atenta para a economia política, mas não uma história econômica do mundo – um assunto que já foi muito bem abordado por outros pesquisadores. Tampouco se trata de um livro sobre o imperialismo como forma singular de dominação. Em vez disso, exploramos as diversas maneiras como diferentes impérios funcionaram e analisamos o alcance e os limites de seus esforços ao longo do tempo e em uma variedade de contextos.

Um pouco sobre a terminologia: em um livro que cobre mais de dois mil anos de história, precisamos nos referir a territórios que hoje integram países que nos são familiares, mas cujas delimitações políticas mudaram muitas vezes ao longo do tempo. Em algumas passagens, descrevemos um evento histórico ocorrido “no território hoje conhecido como Espanha”, ou “no espaço que hoje chamamos de Europa”, mas isso pode acabar se tornando cansativo. Procuramos deixar claras as relações em constante mudança entre os territórios e as autoridades políticas, mas em muitos casos utilizamos os nomes atuais das regiões por mera praticidade. Também é uma simplificação se referir a Estados de qualquer natureza como agentes e tomadores de decisões, em frases como “A França decidiu...”, mas em algumas passagens lançamos mão desse recurso para evitar longas discussões sobre quem na França agiu de tal maneira e quem pensava de outro modo, exceto quando tais distinções são relevantes para o nosso argumento. Para nos referirmos à maior parte dos nomes e locais, empregamos equivalências contemporâneas e simplificadas de nosso idioma.

Os atalhos mais significativos são aqueles intrínsecos ao projeto. Cada pequeno conjunto de parágrafos deste livro cobre um campo de pesquisa que alunos de pós-graduação estudariam por dois anos antes de esboçarem um projeto de tese. Nossa formação e prática de pesquisa ao longo de várias décadas abrange uma pequena fração das áreas e períodos que analisamos aqui. Como não temos diversas vidas para trabalhar neste livro, adotamos quatro

estratégias. A primeira foi consultar trabalhos de sínteses abrangentes escritos por especialistas de cada área, livros que reúnem a história de um império ao longo de muitos anos ou discutem um assunto amplo, bem como os compêndios de história publicados por Cambridge e Oxford, entre outros. A segunda foi incorporar *insights* e descobertas de publicações recentes sobre impérios específicos e seus contextos. A terceira foi participar de conferências sobre impérios e o colonialismo, onde especialistas debateram suas pesquisas mais recentes.

Uma lista parcial dos anfitriões desses eventos incluem o Conselho de Pesquisa de Ciências Sociais, a Escola de Pesquisa Americana, Universidade Duke, Universidade Harvard, UCLA, Universidade do Texas, Universidade de Wisconsin-Milwaukee, Instituto Nacional Holandês de Documentação de Guerra, Centre d'Études et de Recherche Internationales, École des Hautes Études en Sciences Sociales, Universidade Humboldt, Instituto Histórico Alemão de Moscou, Universidade Centro-Europeia, Instituto Open Society, Academia Russa de Ciências e Universidade Bogazici, bem como a Universidade Columbia e a Universidade de Nova York (em muitas ocasiões). Apresentamos partes de nosso trabalho e recebemos comentários de grande valor na Universidade de Ottawa, Universidade de Sydney, Universidade Griffiths de Brisbane, Universidade da Tasmânia, Universidade de Otago e da École Normale Supérieure de Paris.

A quarta estratégia – e mais importante de todas – foi confiar em nossos colegas. As reflexões de Fred Cooper sobre questões coloniais devem muito a uma parceria prévia com Ann Stoler; a perspectiva imperial de Jane Burbank em relação à Rússia deve muito aos projetos em conjunto com David Ransel, Mark von Hagen e Anatolyi Remnev. Começamos nosso trabalho conjunto acerca deste tema na Universidade de Michigan, onde uma comunidade acadêmica excepcionalmente dinâmica nos ajudou a levá-lo em frente. Nosso interesse em expandir nosso estudo para que englobasse períodos anteriores e novos espaços, como o Império Otomano, deslançou quando Fatma Müge Göçek nos enviou a Istambul. O Instituto Internacional de Michigan e seu diretor, David Cohen, patrocinaram o primeiro seminário sobre história dos impérios que oferecemos entre 1999 e 2000. Com orgulho, constatamos que muitos dos alunos ali reunidos elaboraram mais tarde trabalhos de destaque sobre o tema, e hoje são professores em universidades de várias partes do mundo.

A experiência de lecionar a respeito dos impérios para uma grande turma de graduação após nos mudarmos para a NYU serviu de inspiração para que começássemos a escrever um livro sobre o assunto. Mostramos alguns rascunhos aos nossos novos colegas, que nos informaram das tendências recentes em suas áreas, evitando assim que cometêssemos erros constrangedores ao nos indicarem caminhos produtivos. Gostaríamos de agradecer especialmente a Zvi Bem-Dor Benite, Lauren Benton, Joy Connolly, Nicole Eustace, Karen Kupperman, David Ludden, Leslie Peirce, Joanna Waley-Cohen e Larry Wolff. Os estudantes do seminário de pós-graduação sobre impérios da NYU contribuíram com diversos *insights* e com leituras atentas de nossos rascunhos. Alunos de graduação forneceram retornos úteis e provocativos, e nossos auxiliares de ensino nos ajudaram a testar o que de fato funcionava. Karen Weber buscou avidamente por referências, citações e imagens.

Ao longo de muitos anos, colegas de diversas universidades ofereceram visões astutas de partes ou da íntegra do manuscrito. Agradecemos pelos comentários de todos os nossos voluntários, mas sobretudo pelo auxílio heroico daqueles que encararam as maiores pilhas de papel: Jeremy Adelman, Matthew Connelly, Pieter Judson, Beatrice Manz, Mark Mazower, Leslie Peirce, David Ringrose, Kathy Ringrose, Alessandro Stanziani e Willard Sunderland. Enquanto reduzíamos o manuscrito para que alguém fosse capaz de erguê-lo sozinho do chão, Brígitta van Rheinberg se mostrou uma editora incentivadora e firme na hora de exigir disciplina. Dimitri Karetnikov e Clara Platter nos guiaram pelos caminhos sinuosos que devem ser percorridos para que um livro seja ilustrado de forma adequada. Shane Kelly criou mapas da maior parte do mundo durante os últimos dois mil anos com habilidade e paciência.

Durante um momento crucial de nosso processo de escrita, desfrutamos de um mês de reflexão e discussão no Centro Bellagio da Fundação Rockefeller, no lago de Como, que outrora fora a morada de romanos. Nas últimas semanas deste projeto que vivenciamos por dez anos, pudemos gozar da hospitalidade do novíssimo Instituto de Estudos Avançados de Nantes, em uma região da França que já lutou contra e a favor de impérios, e conheceu durante séculos os benefícios e a destruição trazidos por projetos imperiais. Agradecemos, portanto, a todos os que tornaram este livro possível.

Nantes, junho de 2009

IMPÉRIOS

CRÍTICA

UMA NOVA VISÃO DA
HISTÓRIA UNIVERSAL

CRÍTICA

I

Trajetórias imperiais

Vivemos em um mundo com quase duzentos Estados. Cada um ostenta símbolos de soberania – sua bandeira, seu assento nas Nações Unidas – e cada um alega representar um povo. Esses Estados, pequenos ou grandes, são em princípio membros iguais de uma comunidade global unida sob o jugo de uma lei internacional. Ainda assim, esse mundo dos Estados-nações que nos parece tão natural mal completou sessenta anos.

Ao longo da história, a maioria das pessoas viveu em unidades políticas que não fingiam representar um único povo. A criação de uma equivalência entre Estado e nação é um fenômeno recente, não de todo concretizado, e tampouco universalmente desejado. Nos anos 1990, o mundo testemunhou lideranças políticas na Jugoslávia que buscaram transformar o Estado em uma expressão de “sua” nacionalidade (país criado após a Primeira Guerra Mundial em um território arrancado dos impérios Otomano e Habsburgo); o mesmo em Ruanda, uma antiga colônia belga. Essas tentativas de criar nações homogêneas levaram ao massacre de centenas de milhares de habitantes que até então viviam lado a lado. No Oriente Médio, sunitas, xiitas, curdos, palestinos, judeus e muitos outros têm lutado pela autoridade estatal e pelas fronteiras de seus Estados desde o fim do Império Otomano, há mais de oitenta anos. Mesmo durante o século xx, quando a população clamou e lutou pelo desmanche dos impérios, despontaram em diversas partes do mundo conflitos pela delimitação territorial das nações e para definir quem pertence a cada uma delas.

Nos anos 1960, França, Grã-Bretanha e outras antigas potências coloniais – cujos impérios chegaram um dia a abarcar quase um terço da população mundial – se tornaram mais nacionais após perderem seus domínios ultramarinos. Depois, cederam algumas de suas prerrogativas à Comunidade Econômica Europeia e, mais tarde, à União Europeia. O fim da União So-

viética e de seu império comunista provocou outras mudanças de soberania. Alguns dos novos Estados se declararam multinacionais – caso da Federação Russa –, enquanto outros, como o Uzbequistão e o Turcomenistão, empenharam-se na criação de nações homogêneas a partir de seus muitos povos. Na Europa Central, líderes de diversos Estados pós-soviéticos, como a República Tcheca, a Hungria e a Polônia, escolheram outro caminho e se juntaram à União Europeia, à qual cederam parte de sua autoridade reconstituída em troca das vantagens que entendiam ganhar por pertencer a uma unidade política maior.

Conflitos e ambiguidades de soberania, que ocorreram no mundo todo, sugerem que as trajetórias históricas são mais complexas do que um simples movimento contínuo rumo ao Estado-nação. Ao manterem de forma consciente a diversidade de povos que conquistavam, os impérios desempenharam um papel duradouro e crucial na história. Durante boa parte dos últimos dois milênios, os impérios e suas rivalidades em regiões do mundo todo geraram contextos nos quais as pessoas criaram conexões enquanto comunidades étnicas ou religiosas, e por meio de redes de migrantes, colonos, escravos e agentes comerciais. Apesar dos esforços bélicos e diplomáticos para colocar a unidade nacional no centro do imaginário político, as práticas, políticas e culturas imperiais moldaram o mundo em que vivemos.

Este livro não segue a narrativa convencional que afirma que o império resulta inevitavelmente no Estado-nação. Em vez disso, o foco está no modo como os diferentes impérios surgiram, competiram entre si e construíram estratégias de governo, ideias políticas e afiliações humanas durante um longo período de tempo: desde a Roma e a China antigas até os nossos tempos. Serão analisados os repertórios de poder imperial, as diferentes estratégias escolhidas pelos impérios ao incorporarem povos distintos a uma única entidade política, ao passo que mantinham ou criavam distinções entre eles.

É claro que os impérios não foram um exemplo de acolhimento espontâneo da diversidade. A violência e a coerção diária eram fundamentais para suas construções e atuações. No entanto, para transformar suas conquistas em lucros, as iniciativas exitosas precisaram administrar suas populações dessemelhantes, e, durante esse processo, elas produziram diversas maneiras de explorar e governar. Os impérios mobilizaram e controlaram seus recursos humanos de variadas formas: por meio da inclusão ou da exclusão, de recompensas ou de exploração, de compartilhamento ou concentração de

poder. Os impérios viabilizaram (e tentaram controlar) conexões e contatos. Em algumas circunstâncias, as pessoas consideraram vantajosa a própria incorporação por um Estado grande e poderoso. De forma mais geral, o império era a realidade política com a qual elas conviviam, trabalhando em projetos que mantiveram as economias imperiais, participando de redes mantidas por contatos imperiais e buscando poder, realização ou a simples sobrevivência em cenários configurados em torno de um governo imperial e suas rivalidades. Em algumas situações, as pessoas encontraram formas de sabotar, destruir ou escapar do controle imperial. Em outras, buscaram construir seus próprios impérios ou libertar a sua região de governantes imperiais. Os impérios continuaram a provocar conflitos, polêmicas, inovações e aspirações políticas durante boa parte do século xx. Mesmo hoje, o formato do império – ainda que não com esse nome – é evocado como uma possibilidade política.

O império enquanto forma de Estado teve uma longevidade espantosa. O Império Otomano existiu durante seiscentos anos. Por mais de dois mil anos, uma sucessão de dinastias chinesas reivindicou o cetro de seus antecessores imperiais. O Império Romano exerceu seu poder por seiscentos anos na área ocidental do Mediterrâneo, e sua contraparte oriental, o Império Bizantino, durou um milênio. Roma continuou a ser evocada como referência de ordem e esplendor no século xx e até hoje. Durante séculos, a Rússia manteve modos imperiais de governo sobre diferentes populações. Em comparação, o Estado-nação não passa de um pontinho no horizonte histórico, um formato que surgiu recentemente sob o céu imperial e cuja permanência no imaginário político global pode muito bem se revelar parcial ou transitória.

A persistência do império desafia a noção de que o Estado-nação seria natural, necessário e inevitável. Em vez disso, ela sugere que sejam exploradas as muitas maneiras como, para o bem ou para o mal, os povos pensaram a política e organizaram seus Estados ao longo do tempo. Investigar a história dos impérios não significa exaltá-los ou condená-los. Entender suas possibilidades da forma como se apresentavam às pessoas em sua própria época serve para revelar as necessidades e ações que transformaram o passado, criaram o presente e, quem sabe, moldarão o futuro.

REPERTÓRIOS IMPERIAIS

Este livro não examina todos os impérios de todas as épocas e partes do mundo. Ele foca em um conjunto de impérios que tiveram histórias singulares, influentes e, em muitos casos, interligadas. Os impérios não foram todos parecidos: eles criaram, adotaram e transmitiram diversos repertórios de governo. Os capítulos descrevem o leque de estratégias de governo que foram plausíveis e exequíveis em situações históricas específicas, os conflitos surgidos em diferentes estruturas de poder e as relações litigiosas entre impérios que emergiram em momentos específicos e, com o tempo, acabaram por guiar a história mundial.

Um repertório imperial não era uma lâmpada mágica da qual as coisas saíam ao acaso, nem uma fórmula genérica de governo. Ao se depararem com os desafios cotidianos, os impérios improvisaram com base em hábitos próprios. O que os seus líderes eram capazes de imaginar ou executar era influenciado pelas práticas do passado e delimitado pelo contexto – tanto por interesses conflitantes de outros impérios como pela população que ocupava as regiões almeçadas pelos construtores imperiais. Os habitantes de territórios em disputa podiam resistir, se esquivar ou até mesmo explorar em benefício próprio a usurpação por parte de um regime mais poderoso. Reconhecer que os repertórios imperiais eram flexíveis, limitados pela geografia e pela história e abertos à inovação nos permite evitar as falsas dicotomias “mudança *versus* continuidade” e “casualidade *versus* determinismo” e, assim, analisar as ações e condições que fizeram com que cada império incorporasse ou suprimisse determinados elementos em suas estratégias.

O argumento aqui não é que todo Estado de vulto tenha sido um império, mas sim que, ao longo da maior parte da história, os impérios, e a interação entre eles, moldaram o contexto no qual os povos avaliavam suas possibilidades políticas, buscavam satisfazer suas ambições e projetavam suas sociedades. Estados grandes e pequenos, rebeldes e leais, povos que não se importavam muito com política... todos precisaram levar em conta os impérios, as disputas entre eles e seus modos de governar. No último capítulo, será discutido se essa estrutura imperial deixou ou não de existir.

Primeiramente serão tratadas Roma e China no século III a.C., não porque tenham sido os primeiros impérios – entre seus grandes antecessores estão os egípcios, assírios, persas, as imensas conquistas de Alexandre, o Grande, e

dinastias ainda mais antigas da China –, mas porque esses impérios serviram durante muito tempo como referência para outros construtores imperiais. Roma e China adquiriram um tamanho geográfico imenso, um sistema integrado de comércio e produção em economias de escala mundial (do mundo que eles mesmos criaram), elaboraram instituições que mantiveram o poder de seus Estados por séculos, desenvolveram estruturas culturais persuasivas para explicar e promover seu sucesso e garantiram por longos períodos de tempo certa aquiescência ao seu poder imperial. Suas principais estratégias – uma classe de servidores oficiais leais e instruídos da qual a China dependia, a concessão de poderes, ao menos em teoria, aos cidadãos romanos – tiveram efeitos profundos e duradouros no modo como as pessoas imaginam seus Estados e seu papel dentro deles.

Na sequência, serão analisados impérios que tentaram ocupar o espaço romano: a persistente Bizâncio, os dinâmicos mas seccionáveis califados islâmicos e os carolíngios, que tiveram uma existência breve. Esses rivais construíram seus impérios sobre uma base religiosa, e suas histórias demonstram as possibilidades e os limites do monoteísmo militante enquanto ramo do poder estatal. A propensão a matar ou converter os infiéis e a disseminar a fé verdadeira mobilizou tanto guerreiros cristãos como islâmicos, mas também provocou cisões em impérios nos quais o trono religioso pesava mais e o poder era entendido como concessão divina.

No século XIII, sob o mando de Genghis Khan e seus sucessores, os mongóis construíram o império de maior vastidão territorial de todos os tempos tendo como base um princípio radicalmente distinto: uma abordagem pragmática ante as diferenças culturais e religiosas. Os Khan mongóis contavam com as vantagens tecnológicas de uma sociedade nômade, com destaque para seu exército robusto, de grande mobilidade e autossuficiência, mas era sua concepção ampla de uma sociedade imperial que lhes permitia empregar agilmente as habilidades e recursos dos locais que conquistaram. O repertório mongol de governo combinava violência intimidante, proteção das diferentes culturas e religiões e uma política de lealdade pessoal.

Os mongóis são fundamentais para o nosso estudo por dois motivos. Primeiro, porque seus modos de governo influenciaram a política de um continente imenso: na China e nos impérios russo, mongol e otomano, que surgiriam mais tarde. Segundo porque, em uma época em que nenhum Estado na extremidade ocidental da Eurásia (atual Europa) tinha os meios para

exigir lealdade ou recursos em grande escala, os mongóis protegeram as rotas de comércio entre o mar Negro e o Pacífico e viabilizaram a transmissão transcontinental de conhecimento, bens de consumo e diplomacia. Demais impérios (na região do atual Irã, no sul da Índia ou da África e em outros locais) não são descritos aqui de forma detalhada, embora também tenham promovido conexões e mudanças muito antes de os europeus figurarem no rol de grandes potências.

A riqueza e a vitalidade comercial da Ásia atraíram pessoas da região que hoje chamamos de Europa em busca do que, para elas, era um novo patamar de comércio, transporte e possibilidades. Os impérios de Espanha, Portugal, França, Países Baixos e Grã-Bretanha não figuram aqui em mais uma narrativa corriqueira de “expansão da Europa”. Nos séculos xv e xvi, a Europa era inimaginável enquanto entidade política, e de qualquer modo as regiões geográficas não são atores políticos. Portanto, o foco está no modo como as relações entre os impérios da época foram reconfiguradas, em um processo dinâmico cujas consequências só se tornariam evidentes futuramente.

As expansões marítimas “europeias” advinham de três condições: os bens de alto valor produzidos e comercializados na esfera imperial chinesa; o obstáculo imposto pelo domínio do leste do Mediterrâneo e das rotas terrestres do leste pelo Império Otomano; a incompetência dos governantes da porção ocidental da Eurásia para reconstruir uma unidade à romana em um território disputado por monarcas e dinastias rivais, senhores com séquitos poderosos e cidades que defendiam seus direitos. Foi essa configuração global de poder e de recursos que levou os navegadores europeus à Ásia e, mais tarde, graças à descoberta acidental de Colombo, às Américas.

Essas novas conexões por fim reconfiguraram a economia global e a política mundial. Mas passaram muito longe de gerar um mundo unipolar dominado pelos europeus. O poderio marítimo português e holandês dependia da restrição das atividades comerciais de seus concorrentes por meio do uso da força, que também garantia que os produtores e autoridades locais do Sudeste da Ásia (de onde sua riqueza provinha na forma de tecidos e especiarias) participassem do novo comércio de longa distância. Os enclaves comerciais fortificados se tornaram um elemento-chave no repertório do poder europeu. Após a “descoberta” de Colombo, seus patrocinadores da realeza tinham as condições necessárias para construir um império “espanhol”. Assim, consolidaram seu

poder em dois continentes e forneceram a prata – obtida por meio do trabalho forçado de indígenas na América – que turbinou o comércio na Europa Ocidental, no Sudeste da Ásia e no Império Chinês, rico e comercialmente dinâmico.

Nas Américas, colonos europeus, escravos trazidos da África e seus mestres imperiais produziram novas formas de política imperial. Impedir as populações sujeitadas – indígenas ou outros – de empreenderem por conta própria ou de se associarem a impérios rivais não era tarefa simples. Os governantes imperiais precisavam convencer elites distantes a cooperar e fazer com que as pessoas – em casa, em além-mar e no caminho entre os dois – entendessem sua posição em um regime desigual mas incorporador. Tais esforços nem sempre resultavam em assimilação, conformismo ou mesmo aceitação resignada: tensões e conflitos violentos entre governantes imperiais, colonos, comunidades indígenas e migrantes forçados aparecem em diversos momentos de nosso estudo.

O império, na Europa ou em outros lugares, não era somente uma questão de exploração econômica. Já no século XVI, alguns missionários e juristas europeus faziam distinções entre as formas legítimas e ilegítimas de poder imperial, condenando as agressões europeias contra as sociedades indígenas e questionando o direito de se explorar a terra e o trabalho dos povos conquistados.

Foi apenas no século XIX que alguns Estados europeus, fortalecidos por suas conquistas imperiais, adquiriram uma vantagem tecnológica e material clara em relação aos países vizinhos e outras regiões do mundo. Esse impulso “ocidental” de dominação imperial jamais foi completo ou estável. A resistência à escravidão, aos excessos e à brutalidade dos colonos e governantes levantou uma questão pública: as colônias eram locais onde os seres humanos podiam ser explorados livremente ou eram parte de um regime agregador, ainda que desigual? Além disso, os impérios da China, da Rússia, o Otomano e o Habsburgo não eram poderes do passado, como se costuma dizer. Eles tomavam providências para combater desafios culturais e econômicos e desempenhavam papéis centrais nos conflitos e conexões que movimentavam a política internacional. Os capítulos abordam as trajetórias desses impérios com suas tradições e tensões, bem como a concorrência entre eles.

Também são examinadas as diferenças marcantes na forma como a expansão imperial por terra – não apenas por mar – gerou distintas configurações políticas e sociais. Nos séculos XVIII e XIX, os Estados Unidos e a Rússia

se expandiram por continentes. O repertório do governo russo, uma herança mista de seus antecessores e de rivais imperiais, baseava-se no princípio de sujeitar cada vez mais pessoas ao mando do imperador – e, é claro, à exploração por parte dele –, mas manter as distinções entre os grupos absorvidos. Os revolucionários norte-americanos evocaram outras políticas imperiais e empregaram os ideais de soberania popular para se opor à dominação britânica e construir um “Império da Liberdade”, nas palavras de Thomas Jefferson. Os Estados Unidos, que se expandiram conquistando povos indígenas e adquirindo partes de outros impérios, criaram um molde para transformar seus novos territórios em províncias, excluindo escravos e indígenas de seu regime e conseguindo se manter unidos após uma dura guerra civil provocada pela estratégia de governar territórios distintos de modo distinto. No final do século XIX, o jovem império expandiu seu poder para além-mar; ainda assim, não se desenvolveu uma percepção generalizada de que os Estados Unidos fossem um governo de colônias.

Grã-Bretanha, França, Alemanha e outros países europeus eram menos reticentes quanto à dominação colonialista, que aplicaram com vigor em suas novas aquisições na África e na Ásia no fim do século XIX. No entanto, essas potências descobririam no início do século XX que governar de fato suas colônias na África e na Ásia era mais difícil do que conquistá-las militarmente. A própria justificativa de que estariam levando a “civilização” e o “progresso” econômico a regiões supostamente atrasadas serviu de brecha para que impérios rivais, elites indígenas e sua própria estrutura interna questionassem quais formas de colonialismo eram política e moralmente defensáveis, se é que havia alguma.

Nos séculos XIX e XX, assim como no XVI, os impérios existiam em contraste uns com os outros. Combinaram diferentes organizações de poder – colônias, protetorados, domínios, territórios forçados a integrar uma cultura dominante, regiões nacionais semiautônomas –, valendo-se de recursos humanos e materiais fora do alcance de qualquer regime estritamente nacional e buscando controlar tanto terras e povos fronteiriços como regiões distantes.

No século XX, a rivalidade entre os impérios, acentuada pela entrada do Japão no jogo imperial e pela saída temporária da China, envolveu os poderes imperiais e seus domínios ao redor do mundo em duas guerras mundiais. As consequências devastadoras desses conflitos entre impérios,

bem como as noções voláteis de soberania promovidas entre os impérios e dentro de cada um deles, montaram o palco para a dissolução dos impérios coloniais entre as décadas de 1940 e 1960. Mas o desmembramento desse tipo de estrutura levantou uma questão: de que forma potências como os Estados Unidos, a União Soviética e a China adaptariam seus repertórios de poder às novas condições?

O que provocou essas grandes transformações na política global? Costumava-se argumentar que os impérios deram lugar aos Estados-nações depois que novas ideias relativas a direitos, nações e soberania popular surgiram no Ocidente. Mas essa proposição é bastante problemática. Em primeiro lugar, os impérios ainda duraram um bom tempo após o século XVIII, quando as noções de soberania popular e direitos inatos capturaram a imaginação política em algumas partes do mundo. Além disso, caso se presuma que a origem desses conceitos foram “nacionais”, acaba-se por ignorar uma dinâmica crucial da mudança política. Na América do Norte britânica, no Caribe francês, na América do Sul espanhola e em outros lugares, as disputas por voz política, direitos e cidadania ocorreram *dentro* dos impérios antes de se tornarem revoluções *contra* eles. O resultado dessas contendas não foram consistentemente nacionais. As relações entre nação, democracia e império ainda eram motivo de debate em meados do século XX.

Outros estudos sobre a história mundial atribuem grandes transformações ao “surgimento do Estado” no “início do período moderno”, dois termos atrelados à concepção de um caminho unívoco em direção a um modelo normal e universal de soberania – o tipo “ocidental”. Acadêmicos estabeleceram diferentes datas para o nascimento desse sistema “moderno” de Estado: 1648 e a Paz de Vestfália, o século XVIII com suas inovações para a teoria política ocidental, as revoluções francesa e norte-americana. Mas se for ampliada a abrangência de espaço e tempo analisada e o foco estiver nos impérios, será possível constatar que os Estados institucionalizaram o poder por mais de dois milênios em diferentes partes do mundo. Uma narrativa do desenvolvimento do Estado e das “respostas” de outros povos a ele não faria jus às dinâmicas de longo prazo do poder estatal tanto na Europa como no resto do mundo.

Como foi dito, os Estados se tornaram mais poderosos na Inglaterra e na França entre o final do século XVII e o século XVIII. Isso ocorreu mais como uma consequência do império, e não o contrário. Enquanto poderes que buscavam controlar vastas regiões, os impérios canalizaram recursos produzidos

em grande escala para instituições estatais que concentravam lucros e poderio militar. As guerras entre impérios nos séculos XVIII, XIX e XX prepararam o palco para os movimentos revolucionários que desafiaram os Estados-impérios europeus.

Em outras palavras, o presente estudo sobre o império rompe com a suposta excepcionalidade dos conceitos de nação, modernidade e Europa para explicar o curso da história. Este livro é um ensaio interpretativo baseado na análise de configurações imperiais selecionadas. Ele sugere como o poder imperial – e as disputas por ele e dentro dele – moldou ao longo de milhares de anos as sociedades e os Estados, atçou a ambição e o imaginário e suscitou e interditou possibilidades políticas.

O IMPÉRIO ENQUANTO TIPO DE ESTADO

Sendo assim, o que é um império, e como é possível distingui-lo de outras entidades políticas? Os impérios são grandes unidades políticas, expansionistas ou com uma memória de poder estendida sobre o espaço; regimes que mantêm distinções e hierarquias ao incorporarem outros povos. Em contraste, o Estado-nação se baseia na ideia de um único povo em um único território que se constitui enquanto comunidade política também única. O Estado-nação proclama a igualdade de sua população – mesmo que as coisas sejam mais complicadas na realidade –, enquanto o Estado-império declara a não equivalência de suas muitas populações. Os dois tipos de Estado são incorporadores – insistem que o povo seja governado por suas instituições –, mas o Estado-nação tende a homogeneizar aqueles que vivem dentro de suas fronteiras e excluir os que não vivem, enquanto os impérios se voltam para fora e incorporam, geralmente de modo coercitivo, povos cuja diferença é explicitada por seu governo. O conceito de império presume que diversos povos dentro de um mesmo regime serão governados de formas diferentes.

O objetivo proposto aqui ao serem estabelecidas essas distinções não é marcar nada com rótulos bem definidos, mas sim observar a gama de possibilidades, as tensões políticas e os conflitos entre elas. Com frequência, as pessoas tentaram transformar os regimes em que viviam para reivindicar autonomia em relação a um imperador autoritário em nome de um povo ou para ampliar o poder de um povo sobre outro e, assim, criar um império.

Mesmo após se tornarem unidades de poder significativas, as “nações” ainda precisavam compartilhar o espaço com impérios e enfrentar os desafios que eles impunham. Será que os Estados que contavam com os recursos humanos e materiais de apenas um povo e um território conseguiriam sobreviver em meio a potências com alcance mais amplo? Mesmo hoje, habitantes de ilhas do Pacífico (Nova Caledônia, em relação à França), do Caribe (Porto Rico, em relação aos Estados Unidos) e de outras partes do mundo pesam as vantagens e desvantagens caso se desvinculassem de unidades mais amplas. Enquanto a diversidade e a ambição política existirem, a construção imperial permanecerá tentadora, e como os impérios perpetuam as diferenças de cada povo ao incorporá-los, sempre existirá a possibilidade de que eles se desintegrem. Por esses motivos, o império é um conceito útil para pensarmos a história mundial.

Em certas ocasiões, os criadores de novos Estados construíram seus próprios impérios de forma consciente, como os revolucionários norte-americanos contrários à Grã-Bretanha no século XVIII. Em outras, Estados recém-independentes trilharam caminhos nacionais – como na descolonização da África ao final do século XX – e logo descobriram sua vulnerabilidade diante de regimes mais amplos. Em alguns casos, os próprios impérios tentaram criar nações – principalmente no território de outros impérios, como fizeram os líderes britânicos, franceses, russos e austro-húngaros em terras otomanas durante o século XIX. Não há e nunca houve um caminho único que levasse do império à nação, ou que percorresse o sentido contrário. Essas duas formas de organizar o poder estatal apresentam desafios e oportunidades para aqueles com ambições políticas, e tanto os impérios como os Estados-nações podem ser transformados em algo mais parecido um com o outro.

Que outras formas políticas podemos diferenciar do império? Grupos de pequena escala e mais ou menos homogêneos em termos culturais se organizavam ao redor da divisão de tarefas por gênero, idade, status ou parentesco e, por isso, foram muitas vezes considerados a antítese do império. Alguns acadêmicos evitam o termo “tribo” por julgá-lo condescendente, mas outros o utilizam para descrever um grupo social que pode ser flexível, interativo e politicamente criativo. Nesse sentido, uma tribo poderia se desenvolver quando seus membros estendessem seu poder sobre outras pessoas, escolhessem um nome e, em alguns casos, uma missão. Nas estepes da Eurásia, as tribos se uniam em imensas confederações que por vezes constituíam impérios.

Os impérios mongóis do século XIII surgiram a partir de políticas de formação e confederação tribal.

O fato de que tribos, povos e nações criaram impérios sugere uma dinâmica política fundamental que ajuda a explicar por que os impérios não podem ser restringidos a um local ou era específicos, mas surgiram e ressurgiram durante milhares de anos e em todos os continentes. Em um contexto de amplo acesso a recursos e de tecnologia simples, pequenas vantagens como o tamanho da família, melhor acesso à irrigação ou a rotas comerciais, sorte ou líderes ambiciosos e competentes podem levar à dominação de um grupo por outro e desencadear a criação de dinastias e realezas tribais. A única forma que um pretendente a rei ou líder tribal tem para se tornar mais poderoso é a expansão: apropriar-se de animais, dinheiro, escravos, terras ou outras formas de riqueza de fora do seu reino, e não das pessoas que vivem nele, e de cujo apoio esse líder depende. Quando tem início essa externalização de fontes de riqueza, os forasteiros podem começar a ver vantagens na submissão a um conquistador poderoso e eficiente. Com a coragem reforçada, os reis ou líderes tribais empregavam seus novos súditos na coleta regular – sem ataques ou pilhagens – de recursos, facilitando assim a incorporação de novos povos, territórios e rotas comerciais, sem impor uma uniformização cultural ou administrativa. Tribos e reinos forneciam materiais e incentivos para a construção de impérios.

Além de tribos e reinos – dois regimes distintos dos impérios, mas com grande potencial para se tornarem um –, podemos incluir nessa lista as cidades-Estados. A cidade-Estado da Grécia Antiga forneceu a algumas sociedades posteriores a ela um modelo e um vocabulário para a política: a cidade enquanto “polis”, uma unidade de participação e inclusão políticas, bem como a ideia de virtude cívica, segundo a qual ser um membro implica direitos e deveres. Mas assim como a tribo, a cidade-Estado não era uma entidade uniforme, estática ou isolada. A democracia grega se aplicava apenas aos homens livres e excluía mulheres e escravos. As cidades-Estados tinham regiões interiores, participavam de rotas comerciais efervescentes por terra e mar e travavam guerras contra outros regimes ou entre elas. Aquelas que prosperaram por serem pontos nodais ou controlarem conexões em redes comerciais, como os venezianos e os genoveses, podiam se tornar alvo de impérios, tentar coexistir com eles ou até mesmo se tornar um, como fez Roma.

A lógica política de enriquecimento por meio da expansão produziu em todo o mundo impérios que expressavam uma grande forma de poder. Os

faraós do Egito, assírios, o guptas no sul da Ásia, os Han chineses, turcomanos e outros povos da Ásia Central, os persas, malineses, e os songai na África ocidental, os zulus no sul da África, os maias na América Central, os incas na América do Sul, os bizantinos e os carolíngios no sudeste e norte da Europa e os califados muçulmanos costumavam adotar estratégias flexíveis para sujeitar outros povos e construir impérios – regimes vastos e expansionistas que incorporavam e diferenciavam a um só tempo.

Hoje em dia, o Estado-nação é a alternativa aos impérios evocada com maior frequência. A ideologia do Estado-nação presume que um “povo” afirmou e consolidou seu direito de governar a si mesmo. Essa ideia, contudo, pode ser o produto de uma história diferente: de um Estado que, por meio de iniciativas culturais e institucionais, convenceu seus membros a pensarem em si mesmos como um povo único. Ainda que suas raízes possam ser consideradas “étnicas”, “cívicas” ou uma combinação de ambas, um Estado-nação produz e se baseia em uma “natureza comum” e uma distinção forte – muitas vezes policiada com vigor – entre aqueles que fazem ou não parte da nação.

Embora as nações já fossem proeminentes no imaginário político de diversos locais desde o século XVIII, o Estado-nação não era a única alternativa ao império naquela época, nem em tempos recentes. Outra possibilidade era a federação: uma forma de soberania estratificada em que alguns poderes constituem unidades políticas à parte, enquanto outros se situam no centro, como ocorre na Suíça. A confederação leva essa ideia um passo adiante ao reconhecer a personalidade distinta de cada unidade federativa. Como será mostrado no capítulo 13 deste livro, nos anos 1950 ainda havia alguns líderes influentes de domínios franceses na África ocidental que julgavam preferível uma confederação francesa de participação igualitária ao desmanche do império e à criação de Estados-nações independentes. Canadá, Nova Zelândia, Austrália e, mais tarde, a África do Sul se tornaram nações de governo próprio durante os séculos XIX e XX, mas permaneceram associadas a Commonwealth Britânica. No século XXI, diferentes formas de confederação ainda atraem atenção política na Europa, África, Eurásia e em outros lugares, destacando as vantagens de se distribuir funções governamentais e aspectos da soberania em diferentes níveis de organização política.

Tribos, reinos, cidades-Estados, federações e confederações, assim como os Estados-nações, não têm como argumentar de forma razoável que são unidades “naturais” de afinidade ou ação política. Eles se ergueram e ruíram, algumas

vezes transformando-se em impérios, em outras sendo absorvidos por impérios, desaparecendo e surgindo enquanto os impérios lutavam uns contra os outros. Nenhum tipo de Estado possui uma relação fixa com a democracia como princípio de governo. Da República Romana do século III a.C. à França do XXI, é possível encontrar impérios sem imperadores, governados de diferentes maneiras e chamados por vários nomes. Ditadores, monarcas, presidentes, parlamentos e comitês centrais já comandaram impérios. A tirania foi – e continua a ser – uma possibilidade nos regimes nacionalmente homogêneos, assim como nos impérios.

O aspecto significativo dos impérios ao longo da história foi sua habilidade para definir o contexto em que ocorrem as transformações políticas. Os fascínios da sujeição e do enriquecimento os mantiveram em constante movimento, tensão ou conflito uns com os outros e com Estados de outros tipos. Lembranças de impérios do passado, rejeição e medo em relação a eles e o desejo de criar novos regimes complexos inspiraram e dissuadiram líderes e seguidores – os ambiciosos, os indiferentes e aqueles que não tinham escolha.

TEMAS

Se o império – enquanto forma de Estado – persistiu ao longo do tempo, o império – enquanto forma de governo – não foi uniforme. Este livro foca nas diferentes maneiras como os impérios transformaram suas conquistas em práticas de governo e no modo como trabalharam a incorporação de pessoas em seu regime mantendo as distinções entre elas. As trajetórias dos impérios apresentadas neste livro levam em conta cinco temas:

Diferenças dentro dos impérios

Aqui o foco está no modo como os impérios empregaram a política da diferença. Foi utilizado esse termo de modo mais neutro e amplo do que os multiculturalistas da atualidade o fazem, ao clamarem pelo reconhecimento de comunidades distintas e seus valores. A concessão de direitos com base na autenticidade cultural é apenas uma das maneiras de fazer da diferença um aspecto da política. Em alguns impérios, a política da diferença podia se expressar por meio do reconhecimento de seus vários povos e de seus costumes diversos como um fato corriqueiro; em outros, ela im-

plicava uma separação rígida entre os membros, que eram iguais entre si, e os forasteiros “bárbaros”.

Estudos recentes sobre os impérios coloniais dos séculos XIX e XX enfatizaram que os construtores imperiais – exploradores, missionários e cientistas, bem como líderes políticos e militares – empenhavam-se na criação de distinções entre “nós” e “eles”, entre “eu” e o “outro”, ou seja, entre colonizadores e colonizados. A partir dessa perspectiva, a manutenção ou criação de diferenças – o que inclui as de raça – não se deram de forma natural: elas exigiam trabalho. Estados coloniais, sobretudo nos séculos XIX e XX, dispenderam grandes esforços para segregar o espaço, conceder às pessoas de origem metropolitana um lar fora da terra natal, impedir que os agentes coloniais “se tornassem nativos” e regulamentar as relações sexuais entre populações distintas.

Se buscarmos pontos de referência fora desses dois séculos e dos moldes coloniais europeus, veremos que a diferença social adquire um novo significado – tanto para os súditos como para os Estados. As distinções nem sempre implicam uma divisão binária entre colonizador e colonizado, branco e negro. Um império podia ser uma colagem de povos que praticavam suas religiões e ministravam justiça à sua maneira, mas sujeitados à soberania imperial. Em muitos impérios, a lealdade – e não a semelhança – era o objetivo maior, e reconhecer as diferenças – sobretudo dos líderes locais capazes de administrar “seu” povo – podia ajudar na manutenção da ordem, na coleta de impostos ou tributos e no recrutamento militar. Os impérios podiam lucrar com as habilidades e os contatos desenvolvidos por comunidades distintas. Em vez de uma obsessão, a diferença podia ser vista como um fato e uma oportunidade.

Os extremos desse espectro entre a homogeneização e o reconhecimento da diferença nunca foram efetuados de forma plena ou duradoura, mas nos permitem refletir a respeito das consequências de cada uma das estratégias e das combinações entre ambas. Dois exemplos breves podem esclarecer o assunto.

Ao longo de sua existência, o Império Romano tendeu a uma homogeneização com base em uma cultura reconhecível desenvolvida durante a expansão de Roma, que buscou inspiração no prestígio dos feitos gregos e em práticas das regiões mediterrâneas que conquistou para produzir estilos romanos reconhecíveis para o traçado urbano, as artes e a literatura. As instituições do Império Romano – cidadania, direitos legais, participação política – revelaram-se atraentes para as elites espalhadas pelo imenso império. A noção de

uma civilização imperial única e superior, que *a priori* estava aberta a todos os que fossem capazes de aprender seus modos, era intrínseca ao modo de governo romano. A incorporação por meio da semelhança excluía os bárbaros, escravos e outros.

A prática inicial romana de incorporar deuses de outros povos ao seu panteão imperial acabou sendo comprometida mais tarde pela difusão do cristianismo monoteísta, sobretudo quando se tornou uma religião oficial de Estado no século iv. O modelo romano, mais restritivo e homogeneizador, durou por muito tempo após a queda do império. Roma imaginada enquanto civilização cristã, cuja luz podia rutilar em todo o mundo, serviu mais tarde de referência para os impérios bizantino, carolíngio, espanhol e português, entre outros. Os impérios islâmicos que tentaram tomar o lugar de Roma também lutaram para criar uma comunidade religiosa unificada e baseada na devoção a um único Deus.

As estratégias imperiais mongóis contrastam fortemente com essa forma homogeneizadora. Desde muito cedo, os impérios da estepe do interior da Ásia não foram construídos em torno de uma capital fixa ou de uma concepção nuclear de ordem religiosa ou cultural. Em vez disso, eles se baseavam em uma figura superior, o grande khan. Os líderes dos imensos impérios mongóis do século xiii beberam de fontes chinesas e eurasiáticas para elaborar sua forma de governo. Os impérios mongóis abrigavam o budismo, o confucionismo, o cristianismo, o taoísmo e o islã, e seus governantes empregavam administradores muçulmanos na Eurásia e fomentavam a arte e a ciência produzidas pelas civilizações árabes, persas e chinesas. O império ao estilo mongol, onde a diversidade era tratada como algo normal e útil, moldou os repertórios de poder da Eurásia e de suas regiões fronteiriças.

Em certo grau, todos os impérios dependiam tanto da incorporação quanto da diferenciação. Os impérios podiam misturar, equiparar e transformar seus modos de governo. A centralização e a homogeneidade ao estilo romano – missões para civilizar e explorar os povos – foram tentadoras para alguns modernizadores russos e otomanos do século xix, quando os impérios da Europa Ocidental pareciam estar deixando os do leste para trás. Mas o mais comum era que as transformações – almejadas ou inconscientemente adotadas – fossem parciais, podendo ocorrer em qualquer uma das duas direções. Na Rússia, os reformadores descobriram que as tentativas de impor uniformidade contrariavam os interesses outorgados e concorrentes

dos intermediários locais integrados à estrutura imperial. E os oficiais britânicos do século XIX, que dificilmente admitiriam estar empregando técnicas mongóis, agiam por vezes como um império de outro tipo: concentravam seu poder de fogo, aterrorizavam populações e então seguiam em frente, deixando atrás de si uma administração enxuta que se aliava aos líderes locais, extraía lucro e era cautelosa – e mesquinha – na hora de difundir a educação e a cultura britânicas.

Intermediários imperiais

Os governantes imperiais enviavam agentes – administradores, generais, coletores de impostos – para tomar conta dos territórios que incorporavam. Seria possível enviar um número suficiente desses representantes, e a um custo baixo o suficiente, para governar cada vilarejo ou distrito em um reino muito disperso? Apenas em raras ocasiões. Na maior parte do tempo, os soberanos imperiais precisavam das habilidades, do conhecimento e da sabedoria de pessoas da própria sociedade conquistada – elites que pudessem tirar benefício dessa cooperação, ou pessoas que antes eram marginalizadas e por isso viam vantagens em servir ao poder vitorioso. Outro tipo de intermediário eram as pessoas do território central do império. Aquilo que os romanos chamavam de “colônias” e os ingleses do século XVII de “plantations” deslocava pessoas do núcleo do império para as novas terras. Esperava-se que esses grupos transplantados, que dependiam de sua ligação com a terra natal, agissem em prol dos interesses imperiais.

Nas estratégias de cooptação de elites nativas e envio de colonos, as conexões sociais dos próprios intermediários eram a base que garantia sua cooperação. Outra tática usada era justamente o contrário: colocar escravos ou outras pessoas apartadas de suas comunidades de origem – cujo bem-estar e sobrevivência dependiam apenas de seus mestres imperiais – para ocupar cargos de autoridade. Essa estratégia foi usada com eficácia pelos otomanos, cujos mais altos comandantes e administradores eram retirados de suas famílias ainda na infância e integrados à casa do sultão. Nesse caso, a dependência e a diferença estavam interligadas: os garotos que acabavam se tornando agentes do sultão costumavam ser cristãos.

Independentemente de suas origens, os agentes imperiais deviam ter disciplina e incentivos. Alguns impérios criaram – de forma não intencional – possibilidades subversivas para seus intermediários, que podiam se

esquivar dos propósitos imperiais por meio de outras redes ou juras de lealdade, aliar-se a outros impérios ou se rebelar, como fizeram alguns colonos das Américas durante os séculos XVIII e XIX. Por preservarem as distinções, os impérios fortaleciam possibilidades centrífugas: intermediários descontentes podiam encontrar apoio institucional ou cultural para as suas ações. Não raro, o que os impérios bem-sucedidos criavam não era exatamente uma lealdade consistente e nem uma resistência constante, mas uma acomodação contingente.

Para se pensar os intermediários é preciso enfatizar um tipo de relação política cuja importância é muitas vezes subestimada ou ignorada nos dias de hoje: as conexões verticais entre governantes, seus agentes e súditos. Costuma-se pensar as nações em termos horizontais, como se todos os cidadãos fossem equivalentes. Ou então descrever as sociedades como estratificadas: nobres, elites, cidadãos, massas, subalternos, trabalhadores, camponeses, colonizadores, colonizados. O estudo dos impérios transcende as categorias de indivíduos iguais ou grupos estratificados e chama a atenção para as pessoas em relações de disputa constante com os que estão acima e abaixo delas, que transformam – e só às vezes rompem – as linhas de poder e autoridade.

Intersecções imperiais: imitação, conflito, transformação

Os impérios não operavam sozinhos. As relações *entre* os impérios eram determinantes para suas políticas e para as possibilidades de seus súditos. Por vezes, as elites de Roma e da China acreditavam não ter rivais. Enfrentavam dificuldades em suas fronteiras, mas, em sua visão, estas não eram provocadas por poderes semelhantes ao seu, e sim por grupos incivilizados e inferiores. Porém alguns desses forasteiros – por exemplo, os godos do oeste da Eurásia e os nômades xiongnu no leste – incrementaram as próprias capacidades ao pilhar, barganhar e servir aos seus poderosos vizinhos sedentários. Os limites imperiais, terrestres ou marítimos, ofereciam oportunidades aos rivais. Intersecções entre povos nômades e sedentários davam forma aos impérios, pois cada um deles se inspirava nas habilidades tecnológicas e administrativas do outro. A distância de um centro imperial podia permitir que impérios incipientes deslanchassem. Na Arábia, atravessada por rotas comerciais, mas distante do controle imperial, os líderes muçulmanos tiveram no século VII uma chance para consolidar seu séquito e expandir seu território, sobretudo em direção à região que havia pertencido aos romanos.

A intersecção de impérios gerou concorrência, imitação e inovação, e também levou à guerra e à paz. A fragmentação de impérios tinha consequências duradouras sobre o futuro. Por séculos após a queda de Roma, governantes perseguiram sua ambição de construir um império em escala romana; a lista de aspirantes inclui Carlos Magno, Carlos v, Suleiman, o Magnífico, Napoleão e Hitler. Na Europa, nenhum pretendente a imperador venceu a disputa para substituir Roma. O empecilho mais poderoso para a criação de uma nova potência unipolar eram os outros impérios: os impérios russo e britânico foram fundamentais para derrotar, com quase um século de intervalo, os planos de Napoleão e Hitler.

A rivalidade entre um pequeno número de impérios, cada um deles com recursos superiores aos de qualquer nação, guiou a história do século xx ao iniciar as duas guerras mundiais que acentuaram e transformaram, mais uma vez, a concorrência entre as grandes potências. As conquistas imperiais do Japão no Sudeste da Ásia fissuraram os impérios coloniais europeus e permitiram que antigos intermediários imperiais negociassem ou guerreassem em favor de seus próprios Estados. Mas a concorrência imperial ressurgiu durante as guerras frias, quentes e econômicas que continuam ocorrendo até hoje. De Roma e China até o presente, as intersecções entre os impérios e seus esforços para exercer poder a distância sobre diferentes povos e outros Estados tiveram consequências transformadoras para a política, o conhecimento e a vida de todos.

Imaginários imperiais

Em qualquer época ou lugar, os líderes imperiais só eram capazes de imaginar um determinado número de maneiras de administrar um Estado. Para muitos soberanos ou aspirantes a soberanos, o contexto e a experiência imperiais serviram como aprendizado. Em alguns impérios, as ideias religiosas constituíram a base moral do poder, mas também provocaram questionamentos. Tanto os bizantinos como os califados islâmicos foram desafiados por grupos cujos princípios derivavam de valores religiosos em comum. Os católicos serviram como fonte de legitimidade, mas também de irritação para o Império Espanhol: as denúncias de Bartolomeu de las Casas sobre a violência de espanhóis contra os indígenas americanos no século xvi conclamaram os cristãos a defenderem os princípios que apregoavam. O que os impérios europeus do século xix chamavam de “missões civilizatórias” existia em tensão com teorias

raciais. Um missionário e um proprietário de uma mina não necessariamente viam o império nos mesmos termos.

O imaginário político é, portanto, uma questão central para este estudo. Dedicar atenção ao contexto imperial ajuda a entender os tipos de relações e instituições sociais concebíveis ou plausíveis em situações específicas. Por exemplo, quando uma revolução ampliou o acesso à linguagem do “cidadão” e da “nação” na França de 1789, o evento causou tanto um debate em Paris como uma revolução no Caribe; discutia-se se tais conceitos valiam para as ilhas onde reinavam o escravismo e a opressão. A experiência imperial podia inspirar a criatividade política, como no caso em que pessoas criadas no Império Russo desenvolveram o primeiro Estado comunista do mundo na forma de uma federação de repúblicas nacionais. A variedade e a dinâmica das ideias políticas do passado – quando os impérios ampliaram e restringiram o imaginário político – evitam que se pense as estruturas políticas de hoje como algo muito definitivo, o que impediria a concepção uma gama mais ampla de alternativas.

Repertórios de poder

Os imperadores ocupavam o topo da pirâmide de autoridade, e por vezes tentavam aproveitar – em vez de suprimir – as reivindicações de seus súditos por um território ou grupo de pessoas. Era possível que, dentro de um mesmo império, algumas partes fossem governadas diretamente pelo centro, enquanto as elites conservavam em outras uma soberania parcial. Imperadores e outros governantes imperiais e seus subordinados podiam tentar modificar esse arranjo. O fato de que os impérios podiam redefinir sua alocação de poderes e privilégios fazia deles um tipo ambíguo de Estado, capaz de se adaptar a novas circunstâncias. A flexibilidade política podia garantir aos impérios uma vida longa.

Por isso é preciso enfatizar os repertórios de poder imperial, e não tipologias. O império foi uma forma política variável, assumindo diversas conjugações entre a incorporação e as diferenças. A durabilidade dos impérios dependia em grande parte da sua capacidade de combinar e mudar as estratégias, desde a consolidação territorial até a implementação de enclaves, da supervisão branda de seus intermediários ao controle rígido e impositivo, da afirmação clara da autoridade imperial à recusa de se reconhecer como um império. Reinos unitários, cidades-Estados, tribos e

Estados-nações não conseguiam reagir de modo tão flexível a um mundo em transformação.

A capacidade pragmática e interativa de acomodação dos impérios pode conduzir a uma postura cética diante de argumentos que presumam uma redefinição fundamental da soberania, situada em geral no século xvii, quando os europeus teriam criado um novo sistema de Estado que poderia ser nacional e separado. Independentemente do que escreveram os teóricos políticos – e do que as elites e os imperadores preferiam acreditar –, o poder político naquela época e em tempos posteriores, e para muito além dos limites europeus, continuou a ser distribuído de forma complexa e em constante mutação. Naqueles tempos, e ainda hoje, o mundo não era composto de “Estados bola de bilhar”, de soberania impenetrável, que se chocavam uns contra os outros.

Em vez disso, a história dos impérios nos permite vislumbrar uma soberania compartilhada, sedimentada e com sobreposições. Catarina, a Grande, da Rússia, era oficialmente e a um só tempo imperatriz, autocrata, czarina, grã-princesa, comandante e “proprietária” de seus muitos povos e terras. Em algumas das regiões que conquistou, Napoleão não destronou os reis e príncipes; em outras, governou de forma mais direta com seus famosos *préfets*. Corporações privadas exerceram, com o aval das potências europeias, funções de Estado desde o final do século xvi (a holandesa Companhia das Índias Orientais e as companhias britânicas Levante e da Índia Oriental) até o final do século xix (a Companhia Imperial Britânica da África Oriental). Nos séculos xix e xx, Grã-Bretanha, França e outras potências declararam “protetorados” sobre algumas áreas – Marrocos, Tunísia, partes da costa da África oriental e regiões do Vietnã – proclamando a ficção de que os governantes locais haviam cedido voluntariamente parte de seus poderes ao império protetor e que manteriam sua soberania.

O tipo de regime de soberania e as estruturas particulares de poder foram capazes de influenciar o modo como os Estados se desligaram dos impérios coloniais. Marrocos e Tunísia terem deixado o Império Francês de forma menos violenta que a Argélia guarda relação com o fato de que aqueles foram protetorados, enquanto esta última integrava a República francesa. A possibilidade e, em alguns casos, a realidade concreta de soberanias estratificadas perdurou por muito tempo nos impérios europeus. Em outras regiões de transformação imperial, como a Federação Russa de 1991, uma soberania hierarquizada e manipulável continua presente nos dias de hoje.